

CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

XV Legislatura	Reunião n.º 16
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2022.10.12
2022/2023	Hora: 11:00 — 11:55
Ordem de Trabalhos: Agendamentos	

MESA DA AR

Presidente	Augusto Santos Silva
Vice-Presidente	Adão Silva
Secretários	Maria da Luz Rosinha
	Palmira Maciel
	Lina Lopes
Vice-Secretários	Joana Sá Pereira

GOVERNO

Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	Ana Catarina Mendes
--	---------------------

GRUPOS PARLAMENTARES

PS	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
PSD	Joaquim Miranda Sarmiento
	Ricardo Baptista Leite
CH	Pedro Pinto
	Rui Paulo Sousa
IL	Rodrigo Saraiva
	Carla Castro
PCP	Alma Rivera
BE	Joana Mortágua

DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

PAN	—
L	—

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo
Divisão de Apoio ao Plenário: Vasco Cipriano

O Presidente da Assembleia da República (PAR) começou por referir que, embora na anterior reunião da Conferência de Líderes (CL) se tivessem já efetuado agendamentos até ao dia 21 de outubro, tinha convocado a presente CL perante a necessidade superveniente de se acordarem alguns ajustamentos às ordens do dia entre 12 e 21 de outubro.

Sublinhou que, tal como tinha sido informado e consensualizado, por motivo de impedimento da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o debate sobre política setorial agendado para dia 14 de outubro passaria a fazer-se com o Ministro da Educação. E que, em virtude desta alteração, o Grupo Parlamentar (GP) do PSD tinha também alterado o tema do seu debate de atualidade agendado para 13 de outubro, que passou a incidir sobre a «Privatização da TAP».

Informou que o Senhor Presidente da República tinha dirigido à Assembleia da República uma mensagem, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 133.º da Constituição, sobre o quadro legislativo das incompatibilidades dos titulares de cargos políticos, que tinha sido distribuída na CL e seria lida na sessão plenária ao início da tarde.

Prosseguiu dando nota de ter sido formalizado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM) um pedido de retirada/cancelamento da sua Proposta de Lei n.º 9/XIV/1.ª (ALRAM) - *Pela justa equiparação da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., na aplicação da taxa reduzida do IVA à reabilitação de edifícios para habitação social*, que estava agendada para a sessão plenária do dia 13 de outubro.

A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (MAAP) referiu que o Governo tinha urgência no agendamento da Proposta de lei n.º 36/XV/1.ª (GOV) - *Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022*, embora só tivesse sido admitida e baixado à comissão competente no dia anterior e não cumprisse, portanto, o prazo de 30 dias para agendamento, mas solicitou que, excecionalmente, pudesse ser agendada para esse ponto que ficara em aberto na agenda da sessão plenária de 13 de outubro, de modo a poder ser votada no dia 21 de outubro.

O agendamento da proposta de lei do Governo para a sessão plenária do dia 13 de outubro foi consensualizado, tendo o PAR reforçado a excecionalidade da circunstância, proporcionada pela retirada da iniciativa legislativa da ALRAM.

O PAR informou que o GP do CHEGA tinha requerido uma interpelação ao Governo sobre os «sucessivos casos de alegadas incompatibilidades e conflitos de interesses que envolvem vários membros do executivo», cujo debate, nos termos do artigo 227.º do Regimento, se deve iniciar até ao décimo dia posterior à publicação da interpelação no *Diário* ou à sua distribuição, pelo que cumpria promover o seu agendamento até ao dia 21 de outubro.

Foram consensualizados os seguintes ajustamentos às agendas dos dias 20 e 21 de outubro: - o Projeto de Lei n.º 33/XV/1.ª (CH) - *Determina a isenção temporária do pagamento do IMI para o prédio de habitação própria e permanente durante o período de vigência do PRR*, foi retirado da agenda do dia 20, passando para essa ordem do dia a Proposta de Lei n.º 25/XV/1.ª (GOV) - *Estende o âmbito de aplicação do regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social aos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência*, como primeiro ponto para manter a prática de as iniciativas do Governo ficarem no início dos trabalhos, e o Projeto de Lei n.º 221/XV/1.ª (PS) - *Assegura a manutenção da proteção das lojas com história que tenham transitado para o NRAU até 31 de dezembro de 2027, alterando a Lei n.º 42/2017, de 14 de junho*, que estavam agendados para a sessão plenária do dia 21 de outubro.

A referida interpelação ao Governo do CH foi agendada para a sessão plenária do dia 21 de outubro, como ponto único, saindo assim da mesma as Petições n.ºs 168/XIV/2.ª (Pedro Cláudio Caldeirinha Rupio): — *português para todos! Pelo direito das nossas crianças e jovens a um Ensino de Português no Estrangeiro de qualidade e gratuito* e 89/XIV/1.ª (Carlos Eduardo Perdigão Costa de Almeida): — *Devolver a autonomia ao Hospital dos Covões (Centro Hospitalar de Coimbra). Pelo direito ao acesso a cuidados de saúde de qualidade*.

Tendo em conta a saída destas petições da ordem do dia em causa e o elevado número total a aguardar agendamento, foi consensualizado que, em

dezembro, logo após a votação final global do OE, se agendaria uma sessão plenária dedicada a petições.

O Líder Parlamentar do GP da IL, a propósito do debate preparatório do Conselho Europeu agendado para a sessão plenária do dia 19 de outubro, suscitou uma questão sobre a grelha dos debates europeus, que considerou não permitir um verdadeiro debate, por não possibilitar pedidos de esclarecimento ao Governo ou entre GP e apelou a que, sendo o Regimento omissivo a esse respeito, se pudesse avançar já com esse tipo de dinâmica neste próximo debate, tendo em conta a sua relevância. O Líder Parlamentar do GP do CH concordou.

O Deputado Pedro Delgado Alves admitiu que o RAR era omissivo e que a questão já tinha sido diagnosticada no quadro dos trabalhos do GT para revisão do Regimento, mas referiu que não lhe parecia possível avançar com a pretendida dinâmica de perguntas/respostas ao Governo antes de concluída a revisão do Regimento, perante a grelha em vigor, aprovada no início da legislatura, que só atribuía tempo ao Governo na abertura e no encerramento, mas não no debate.

O PAR concordou que se deveria aguardar pela revisão do Regimento, uma vez que a grelha aprovada para o referido debate não permitia à Mesa instar o Primeiro-Ministro a responder a quaisquer pedidos de esclarecimento antes do encerramento.

Recordou que tinha sido aprovada, no passado dia 7 de outubro, a Deliberação sobre a suspensão dos trabalhos das comissões parlamentares durante o processo orçamental, que também se aplicava aos Grupos de Trabalho como o da Revisão do Regimento, mas, sendo necessário reunirem, bastaria solicitar autorização ao PAR.

Sublinhou ainda que, tendo o isolamento profilático deixado de ser obrigatório, a partir de 1 de outubro de 2022, tinha também deixado de se justificar a manutenção do regime excecional – que vigorara durante a pandemia - que permitia aos Deputados em isolamento profilático participar nas sessões plenárias e nas reuniões das Comissões, através de videoconferência, pelo que tinha autorizado o fim desse regime, cabendo, como era habitual, submeter a questão a ratificação da Conferência de Líderes. Foi ratificada.

Por fim, o PAR informou que estavam a chegar ao seu termo os mandatos da Presidente e de um Vogal da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), em 2 de novembro, e dos membros do Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, em 15 de dezembro, cuja eleição competia à Assembleia da República e, no caso da ERC, exigia uma maioria de dois terços, envolvendo sempre prévia audição dos candidatos a apresentar pelas comissões competentes.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.10.13 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate de atualidade, requerido pelo GP do PSD sobre «A privatização da TAP».

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 24/XV/1.ª (GOV): — Aprova a Lei de Saúde Mental e altera legislação conexa.

Projeto de Lei n.º 335/XV/1.ª (L): — Cria um plano de saúde mental em centros educativos e estabelecimentos prisionais.

Projeto de Lei n.º 339/XV/1.ª (CH): — Cria o Cheque de Saúde Mental, com o propósito de garantir o acesso em tempo útil a consultas de psiquiatria e a consultas de psicologia

Projeto de Lei n.º 346/XV/1.ª (BE): — Lei de meios para a saúde mental.

Projeto de Resolução n.º 177/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo que coloque em ação o Plano Nacional de Saúde Mental.

Tempos: Grelha B.

Proposta de Lei n.º 36/XV/1.ª (GOV): — Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.10.14 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate sobre política setorial, com o Ministro da Educação.

Tempos: Grelha própria.

Conta de Gerência da Assembleia da República relativa a 2021.

Sem tempos.

Projeto de Lei n.º 188/XV/1.ª (PSD): — Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de A-dos-Francos e a Freguesia de Vidais do concelho das Caldas da Rainha.

Projeto de Lei n.º 232/XV/1.ª (PS): — Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de Caranguejeira, Município de Leiria, e a União das Freguesias de Matas e Cercal, Município de Ourém.

Sem tempos.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.10.19 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate preparatório do Conselho Europeu, com a participação do Primeiro-Ministro, [ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia].

Tempos: Grelha própria.

Relatório Anual do Provedor de Justiça.

Tempos: Grelha própria.

Projeto de Resolução n.º 85/XV/1.ª (PSD): — Programa de redução das perdas de água nas redes de abastecimento público.

Projeto de Resolução n.º 97/XV/1.ª (PSD): — Aumentar a reutilização de águas residuais tratadas.

Projeto de Resolução n.º 208/XV/1.ª (PSD): — Programa para reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras e aumentar as reservas públicas de água.

Projeto de Resolução n.º 210/XV/1.ª (PSD): — Recarga artificial de aquíferos para reforço da eficiência hídrica.

Projeto de Resolução n.º 216/XV/1.ª (PSD): — Incentivar as infraestruturas verdes e a instalação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais.

Projeto de Lei n.º 124/XV/1.ª (CH): — Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, no sentido de promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos.

Projeto de Lei n.º 206/XV/1.ª (BE): — Salvaguarda o uso eficiente de água potável e obriga ao recurso a água proveniente de estações de tratamento de águas residuais para rega de campos de golfe.

Projeto de Lei n.º 234/XV/1.ª (PCP): — Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento.

Projeto de Lei n.º 336/XV/1.ª (PAN): — Reforça a monitorização, controlo e avaliação da poluição dos rios localizados em regiões hidrográficas internacionais, alterando a Lei da Água.

Projeto de Lei n.º 337/XV/1.ª (PAN): — Altera o enquadramento legal dos planos de gestão de bacia hidrográfica previsto na Lei da Água, garantindo a existência de caudais ecológicos sustentáveis e a previsão obrigatória de medidas de mitigação dos efeitos das alterações climáticas e da seca.

Projeto de Lei n.º 338/XV/1.ª (PAN): — Reduz para 6% o IVA das prestações de serviços que visem assegurar a eficiência hídrica das habitações, procedendo à alteração do Código do IVA.

Projeto de Resolução n.º 112/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo que estabeleça a obrigatoriedade de sistemas de reciclagem/reutilização de águas cinzentas em novas construções e considere a elegibilidade desses sistemas para apoios financeiros através do fundo ambiental.

Projeto de Resolução n.º 190/XV/1.ª (BE): — Recomenda ao Governo a gestão pública da albufeira perímetro de rega do Mira e medidas de salvaguarda da água.

Projeto de Resolução n.º 235/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo a construção, modernização e reabilitação dos sistemas de regadio.

Tempos: Grelha C.

Projeto de Resolução n.º 266/XV/1.ª (CAE): — Parecer sobre a Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece o sistema de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) COM(2021)732 e a Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) COM(2021)733.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.10.20 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 25/XV/1.ª (GOV): — Estende o âmbito de aplicação do regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social aos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 267/XV/1.ª (IL): — Permite aos comercializadores do mercado liberalizado de gás natural ter acesso ao canal de revenda do comercializador de último recurso grossista.

Projeto de Lei n.º 314/XV/1.ª (CH): — Garante o acesso de todos os comercializadores às tarifas reguladas de gás natural.

Projeto de Lei n.º 341/XV/1.ª (PCP): — Simplifica o acesso às tarifas reguladas na energia e determina a sua continuidade e a criação da tarifa regulada de gás de botija e canalizado.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 2/XV/1.ª (PCP): — Aumento do Salário Mínimo Nacional.

Projeto de Resolução n.º 217/XV/1.ª (BE): — Recomenda ao Governo o aumento do Salário Mínimo Nacional e dos salários da Administração Pública

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 247/XV/1.ª (BE): — Apoio a estudantes e requisição de imóveis para alojamento estudantil.

Projeto de Lei n.º 333/XV/1.ª (BE): — Complemento Extraordinário das Bolsas de Ação Social do Ensino Superior.

Projeto de Lei n.º 340/XV/1.ª (PAN): — Criação de um complemento extraordinário às bolsas de estudo no ensino superior, aplicável ao ano letivo de 2022/2023.

Projeto de Lei n.º 342/XV/1.ª (PCP): — Reforça dos apoios ao alojamento no Ensino Superior.

Projeto de Lei n.º 343/XV/1.ª (CH): — Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior.

Projeto de Resolução n.º 250/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado

Projeto de Resolução n.º 256/XV/1.ª (IL): — Recomenda ao Governo que acelere processos de construção de novas residências universitárias

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 221/XV/1.ª (PS): — Assegura a manutenção da proteção das lojas com história que tenham transitado para o NRAU até 31 de dezembro de 2027, alterando a Lei n.º 42/2017, de 14 de junho.

Projeto de Lei n.º 236/XV/1.ª (PCP): — Cria um regime autónomo de arrendamento para as atividades económicas, associativas e culturais.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.10.21 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Interpelação ao Governo n.º 3/XV/1.ª (CH): — Sobre os sucessivos casos de alegadas incompatibilidades e conflitos de interesses que envolvem vários Ministros do executivo.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.10.26 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Apreciação na generalidade:

Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª (GOV): — Aprova as Grandes Opções para 2022-2026.

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª (GOV): — Aprova o Orçamento do Estado para 2023.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.10.27 (QUINTA-FEIRA) 10:00/15:00 HORAS

Apreciação na generalidade e encerramento:



Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª (GOV): — Aprova as Grandes Opções para 2022-2026.

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª (GOV): — Aprova o Orçamento do Estado para 2023.

Tempos: Grelha própria.

Votações.

A Deputada Secretária da Mesa,
(Maria da Luz Rosinha)

CALENDARIZAÇÃO

OUTUBRO 2022			
DIA 12	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LIDERES REUNIÃO PLENÁRIA	11:00 HORAS 15:00 HORAS
DIA 13	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 14	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 17	SEGUNDA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO PSD	
DIA 18	TERÇA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO PSD	
DIA 19	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 20	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 21	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 24	SEGUNDA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	
DIA 25	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 26	QUARTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA — OE 2023	15:00 HORAS
DIA 27	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA — OE 2023	10:00 HORAS 15:00 HORAS
DIA 28	SEXTA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 31	SEGUNDA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES — OE 2023	

NOVEMBRO 2022			
DIA 02	QUARTA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 03	QUINTA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 04	SEXTA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 07	SEGUNDA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 08	TERÇA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 09	QUARTA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 10	QUINTA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 11	SEXTA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES — OE 2023	
DIA 21	SEGUNDA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA — OE Especialidade COF	10:00 HORAS 15:00 HORAS

DIA 22	TERÇA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA — OE Especialidade	10:00 HORAS
		COF	15:00 HORAS
DIA 23	QUARTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA — OE Especialidade	10:00 HORAS
		COF	15:00 HORAS
DIA 24	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA — OE Especialidade	10:00 HORAS
		COF	15:00 HORAS
DIA 25	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA — OE Encerramento	10:00 HORAS
DIA 28	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 29	TERÇA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	